



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Comissão de Festas de Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos – Autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício
- 1.2. Comissão de Festas do Senhor 2018 - Pedidos de licença especial de ruído, de licença de recintos improvisados, de isenção do pagamento das respetivas taxas, de encerramento/condicionamento de trânsito e pedidos diversos
- 1.3. Catarina Andreia Nunes Henriques de Melo – Requerimento para ocupação de via pública (esplanada)
- 1.4. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Fábrica da Igreja do Coentral – Pedidos de licença especial de ruído e de recintos improvisados e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.6. Município de São Brás de Alportel – Passeio de viaturas 4x4 “O Caminho Mais Longo” – Pedido de parecer
- 1.7. Apoio em processo judicial
- 1.8. Ação Social Escolar 2018/2019 e apoio para aquisição de manuais/caderno de atividades
- 1.9. Pedido de Parecer para a realização de escritura de Divisão de Coisa Comum

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2018



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1. Obras particulares
4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” – Ratificação de despachos
5. Setor de Ambiente
 - 5.1. Assembleia de Compartes dos Baldios de Castanheira de Pera – Pedido de parecer relativo ao enquadramento das ações de arborização no âmbito do PMDFCI e PDM

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a ata n.º 13/2018, respeitante à reunião de 13 de julho, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Os Srs. Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes transmitiram que consideravam que a ata em questão não reflete o que de facto se passou na reunião, informando que pretendiam sugerir algumas alterações depois de ouvirem a gravação da mesma, tendo a Sra. Presidente anuído a que assim se procedesse, pelo que a votação ficou adiada para a próxima reunião de câmara.

De seguida, foi presente a ata n.º 14/2018, respeitante à reunião de 27 de julho, tendo a Sra. Presidente, de igual modo, perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Os Srs. Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes afirmaram que, tal como na anterior, consideravam que a ata em questão não reflete o que de facto se passou na reunião, pelo que também relativamente a esta pretendiam sugerir algumas alterações depois de ouvirem a respetiva gravação, tendo a Sra. Presidente aquiescido, pelo que a votação ficou adiada para a próxima reunião de câmara.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por propor que ficasse exarado em ata um voto de solidariedade para com os Municípios de Monchique, Odemira, Portimão e Silves que foram flagelados esta semana por uma vaga de incêndios, proposta esta que foi aceite e aprovada por unanimidade.

Prosseguindo, prestou as seguintes informações:

- Através de ofício datado de 30/07/2018, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, informou o Município sobre o término do período de vigência do Protocolo de Cooperação outorgado, em 2015, entre as duas entidades, comunicando não ser possível dar continuidade à parceria nos indicados moldes. Invocam para o efeito a atual conjuntura de emprego em que,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

alegradamente, se regista um maior dinamismo da economia e do mercado de trabalho, com a consequente diminuição do desemprego.

- Através de e-mail de 07/08/2018, a Câmara Municipal da Lousã, deu conhecimento de um Aviso publicitando a interdição de circulação de viaturas pesadas, com exceção de veículos de emergência e veículos autorizados, no troço entre a Estrada Nacional 236 e o Alto do Trevim, devido ao estado atual em que aquele troço se encontra.
- Encontra-se a decorrer, no espaço do Fórum Activo, entre os dias 06 e 14 de agosto do corrente, a Feira do Livro, promovida pela Biblioteca Municipal.
- Encontra-se ao serviço no Centro de Saúde um novo elemento do corpo clínico que vem reforçar a respetiva equipa médica, tendo sido, entretanto, aberta uma vaga para preenchimento do lugar.
- Em 09/08/2018, foi publicado no DR, II Série, o Aviso n.º 10894/2018, relativo ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior- licenciado em engenharia florestal ou em outra área que se revele adequada ao posto de trabalho, para exercício de funções no Gabinete Técnico Florestal deste Município, encontrando-se a decorrer o prazo para apresentação de candidaturas no âmbito do concurso em causa.
- No dia 04/08/2018, passou por Castanheira de Pera, uma etapa da Volta a Portugal em Bicicleta, denominada “Etapa da Vida”.
- Tendo chegado ao conhecimento desta Autarquia as dificuldades de acesso à rede “Meo”, desde a localidade da Sapateira para Norte, foi o assunto abordado com um técnico da PT que se deslocou ao Município, tendo, posteriormente, sido enviada uma comunicação àquela empresa apelando para que a situação seja, rapidamente, resolvida.
- O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), em reunião ocorrida no dia 03 de agosto, procedeu à avaliação da proposta final de reprogramação dos fundos europeus no âmbito do Programa Operacional do Centro – Centro 2020, registando com satisfação que obteve mérito a proposta apresentada pela Região de Leiria no sentido de reforçar a dotação financeira às prioridades de investimento afetas à mobilidade urbana e à política de cidades (+ 60 milhões), bem como a necessidade de reforçar as dotações do SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (+ 50 milhões), programa lançado no contexto dos apoios às empresas e gerido pelas CIM.

Tais factos foram objeto de uma Nota de Imprensa da Comunidade Intermunicipal de Leiria onde se congratula pelo bom desempenho da região na execução de fundos europeus e se realça a promoção de novos projetos intermunicipais na mobilidade sustentável e de promoção cultural.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente referiu que todos já devem ter verificado que está a ser efetuada a limpeza das faixas de contenção e informou que, contrariamente ao que se tinha idealizado e atendendo a vários fatores, nomeadamente à falta de reforço de pessoal que tinha sido solicitado ao Centro de Emprego e ao período de férias dos trabalhadores, foi



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

decidido abrir um procedimento para limpar 5 aldeias, salientando que a decisão de fazer este esforço financeiro é no intuito de dar alguma dignidade às aldeias que estão sem quaisquer condições. Informou, ainda, que já foram concluídas as limpezas na Sapateira e Lugarinhos.

Na sequência desta informação, o Sr. Vereador António Antunes perguntou quais eram as 5 aldeias referidas, tendo a Sra. Presidente informado que as localidades em questão São as Sarzedas de S. Pedro, o Carregal Cimeiro, o Carregal Fundeiro, o Vilar e a Moita.

Em seguida, a Sra. Presidente informou que se iniciou o procedimento das estradas no Carregal que já estava previsto, tendo o Sr. Vereador António Antunes questionado se o arranjo da estrada pertencia a um anterior procedimento ou se era um novo procedimento.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que pertencia ao anterior explicando que aquele era o único procedimento dos arruamentos que estava por fazer não sabendo qual foi o critério utilizado.

Prosseguindo, informou que a limpeza das faixas de contenção está a ser efetuada apenas ao nível do mato e que, apesar das ações de sensibilização que foram feitas em fevereiro e há duas semanas atrás, vai ser espalhado um Edital a alertar as pessoas que esses trabalhos estão a ser efetuados de forma a evitar que se gerem conflitos relativamente aos mesmos.

Em complemento, a Dra. Bernardina Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica, deu conta que é importante referir que nesse Edital estão a ser alertados os proprietários que por uma questão de segurança têm de proceder ao corte do material lenhoso que ficou queimado.

Continuando, a Sra. Presidente fez referência a um pedido da Fábrica da Igreja do Coentral para transportar um rancho de Coruche para Castanheira de Pera no próximo dia 15 de agosto, no âmbito dos festejos em honra de Nossa Senhora da Nazaré, pedido esse que, atendendo à data do mesmo, dia 9 de agosto, não foi possível incluir na agenda desta reunião. Assim, e uma vez que nesta situação se trata de transportar um rancho que não é do concelho, e que ficaria mais dispendioso o Município realizar o serviço do que contratar uma empresa de serviço de transporte, questiona se todos estão de acordo que se contrate esse serviço de transporte e que o assunto seja submetido à próxima reunião de Câmara para efeitos de ratificação, ao que todos os Vereadores manifestaram a sua concordância.

Por último, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

- Proc.º 3173/2018 – Maria da Conceição Silva Soares – pedido de ocupação da via pública com andaimes (14 m2) pelo período de 1 mês – Em 30 de julho de 2018 foi proferido o Despacho n.º 25/SPOPU/2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de ocupação da via pública.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás para informar que a rede de wireless já está disponível no 1.º andar da Câmara Municipal para uso exclusivo do executivo, da assembleia Municipal e dos utilizadores que o solicitem justificadamente de forma a conseguir manter segura no seu acesso.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que começou por pedir um esclarecimento sobre a informação dada relativamente à limpeza das faixas de combustível, questionando se alguns dos meios que estavam destinados a essa limpeza foram direcionados para limpar as 5 aldeias.

A Sra. Presidente esclareceu que são procedimentos distintos, ou seja, será uma empresa contratada para efetuar a limpeza das 5 aldeias atendendo à dificuldade que a Câmara tem sentido em chegar a todo o lado e, contrariamente à sua pretensão que era a de este trabalho ser feito com a “prata da casa” e com o reforço que tinha sido pedido ao centro de emprego que não veio deferido por falta de cabimento naquela entidade, viu-se agora na obrigação e no dever de contratar uma empresa para dar uma ajuda. Daí a decisão de se abrir um procedimento para limpar 5 aldeias, concluiu.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que os Vereadores do PS não só estão de acordo, como também já tinham alertado para essa necessidade.

Ripostando, a Sra. Presidente recordou que também já justificou o porquê de apenas agora ter optado por contratar uma empresa, o que, conforme supra ficou espelhado, em nada teve a ver com a qualidade das intervenções efetuadas com os meios da Câmara pois as mesmas têm uma excelente qualidade e são muito profundas.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou relativamente às faixas de gestão de combustível qual a distância que ia ser limpa, tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás informado que são os 10 metros estipulados por Lei sendo que a decisão foi a de cortar primeiro o mato e depois cortar então o arvoredor.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou quando lhe seria entregue o conjunto de atas certificadas que solicitou, tendo a Dra. Bernardina informado que as tinha consigo para entregar, o que assim fez.

Nos mesmos moldes, o Sr. Vereador mencionou que pediu um conjunto de documentos aquando da discussão/ votação da ratificação de despacho concernente à infraestrutura construída ao fundo da Avenida de S. Domingos, “denominada Praça do Bombeiro”, e, sendo “ponto assente que não foi entregue”



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

nem um único documento, questionou se a Sra. Presidente tenciona ou não entregar ainda esses documentos, uma vez que já foi extravasado o prazo para o fazer.

A Sra. Presidente solicitou a intervenção da Dra. Bernardina que, sobre esta matéria, referiu que dada a confusão que se gerou na altura da discussão, bem como sobre o que pediram e da forma que pediram, sugeria que fizessem um novo pedido exatamente daquilo que querem, uma vez que não há qualquer problema em entregá-los.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que discordava com aquelas palavras porque, na sua opinião, ficou bem claro o que foi pedido e, por isso, as atas são importantes, bem como na reunião seguinte, tendo o Sr. Vereador António Antunes corroborado da mesma opinião, acrescentando que na reunião seguinte foi sistematizado o que pretendiam, pelo que não vê necessidade de um requerimento a esta data para refazer o pedido.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou qual o ponto de situação sobre a proposta de criação de um regulamento que os Vereadores do PS apresentaram e na qual elencavam, entre outros, um conjunto de incentivos para os Bombeiros Voluntários tendo-lhes sido comunicado, na última reunião, que foi solicitado um parecer jurídico pois o assunto suscitava dúvidas. A este propósito, fez notar que quando apresentaram a proposta, o fizeram de forma estudada e verificaram que este tipo de regulamento já existe em diversos municípios.

Solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina informou que continuavam a aguardar o parecer jurídico solicitado e que a dúvida não tinha a ver com o tipo de regulamento, mas com medidas lá referidas.

Volvendo, o Vereador António Antunes salientou que as medidas que deixaram como proposta para poderem ser incluídas, entre outras, nesse regulamento são as mesmas que existem em diversos municípios, citando alguns deles, sendo sua dúvida se todos aqueles municípios estarão em incumprimento da Lei relativamente a esta questão.

Intervindo, a Dra. Bernardina salientou a importância de que esse regulamento, quando for votado, o seja sem irregularidades, tendo a Sra. Presidente concluído esta discussão referindo que se aguardaria o parecer solicitado, o que poderia sofrer atrasos devido ao período de férias.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes aludiu ao facto de verificar que ultimamente os pareceres emitidos são da mesma firma de advogados salientando, no entanto, que não lhes diz respeito colocar em questão o porquê da escolha dessa firma mas sim os custos, pelo que perguntou quanto é que o Município já gastou em pedidos de pareceres desde que este Executivo tomou posse.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Em resposta, a Sra. Presidente fez notar que os Srs. Vereadores conseguem fazer essa leitura nas cópias dos documentos dos pagamentos efetuados pelo Município que são trazidos a todas as reuniões de Câmara.

De imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes objetou que não conhecem todas as entidades e que com certeza não será uma coisa que dê muito trabalho uma vez que estará esquematizado e, como tal, ficarão a aguardar a informação. Ainda sobre os pareceres, perguntou se os mesmos fossem pedidos à CCDR-C ou à ANMP não teriam custos mais reduzidos para o Município.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que o custo com os pareceres jurídicos foi devidamente ponderado, reiterando que esse custo está plasmado nos documentos dos pagamentos efetuados. Informou, também, que desde que foi feito o procedimento de prestação de serviço com este escritório de advogados os pareceres vindos dos mesmos não se pagam “à peça”, esclarecendo que essa contratação foi efetuada para dar algum apoio jurídico ao Município libertando um pouco a Dra. Bernardina atendendo às várias funções que desempenha no Município.

Relativamente ao pedido de pareceres à CCDR-C e à ANMP informou que também são solicitados sempre que se consideram necessário e até de forma frequente.

Em seguida, interveio novamente o Sr. Vereador António Antunes que começou por registar que lamentava que a transmissão televisiva que acompanhou a prova de bicicleta “Etapa Vida”, integrada na Volta a Portugal em Bicicleta, não tenha difundido uma única imagem do nosso concelho. Salientou que, embora sabendo que não é responsabilidade da Câmara mas sim da entidade promotora do Turismo no nosso Concelho, não podia deixar de registar que de todos os concelhos por onde passou a Etapa, o nosso foi o único do qual não difundiram uma única imagem.

Prosseguindo, referiu ter verificado que há um procedimento lançado para aquisição de uma retro e de uma mini pá carregadora, registando que julgou que quisessem prestar essa informação no âmbito de um “*exercício democrático*” aos Vereadores do PS, “*mas pelos vistos não*”. Ainda sobre este procedimento referiu que concorda com a aquisição da retro, porém questionou o porquê, ou seja, qual o critério da aquisição da pá carregadora.

Para terminar, deixou uma nota sobre os espaços verdes que estão a perder a vegetação, que foram limpos há pouco tempo, mas que têm a verdura toda seca, citando, a título de exemplo, o espaço junto da ponte dos Esconhais, na entrada para a Praia das Rocas, no sentido de ser verificado como está a ser efetuada a rega uma vez que é ponto assente que fazem parte da nossa imagem turística.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente informou sobre a prova de bicicleta “Etapa Vida” que também lamenta que não tenham sido exibidas imagens do concelho e que essa situação já foi reportada a quem de direito, que a responsabilidade não é da entidade promotora do Turismo no nosso Concelho mas sim da entidade responsável pela organização da Volta a Portugal em Bicicleta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes clarificou que sabem que essa responsabilidade não é seguramente deste Município nem de nenhum dos outros, no entanto, a questão dos patrocínios poderá ter influenciado em termos de transmissão televisiva.

De imediato, a Sra. Presidente referiu que, pelo que tem conhecimento da entidade de organizou a prova, a transmissão televisiva nada teve a ver com essa questão.

Prosseguindo, a Sra. Presidente informou em relação ao procedimento lançado para aquisição de uma retro e de uma mini pá carregadora que foi decido adquirir uma retro porque a existente no Município é antiga e necessita de reparação constantemente, acrescentando que ainda no ano passado teve uma reparação de 12 mil euros, valor esse que, na sua opinião, dava para amortizar a aquisição de uma nova. Assim, sublinhou que, considerando o valor gasto em reparações, e atendendo ao facto de que outras se seguirão certamente, o Executivo decidiu adquirir uma retro nova. Relativamente à outra aquisição, a Sra. Presidente perguntou se quando o Sr. Vereador disse pá carregadora se estava a referir à mini pá carregadora.

Com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que a sua questão não se deve ao facto da necessidade de aquisição de uma retro, porque essa necessidade depende de alguns fatores essenciais, mas sim ao facto de o *“procedimento mais uma vez ter sido lançado”* e não ter vindo sequer a título de informação à Câmara Municipal. Quanto à aquisição da mini pá carregadora, e uma vez que temos uma retro e uma pá carregadora, questionou o porquê da sua aquisição.

Interrompendo, o Sr. Vereador João Graça disse que as duas pás tinham *“características completamente diferentes”*.

Em complemento, o Sr. Vereador Nuno Tomás comentou que o Município teve uma destas mini pá carregadoras cedida pela Médicos do Mundo durante algum tempo depois dos incêndios de junho de 2017. Assim, tendo sido verificada a sua utilidade, a ajuda extremamente importante em diversos trabalhos realizados, foi decidido adquirir esse equipamento com alguns acessórios adicionais.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes respondeu que a máquina cedida era uma *“Bobcat”* tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás explicado que *“Bobcat”* é uma marca de equipamentos e que no caso a marca da mini pá cedida era uma Volvo.

De novo com a palavra, a Sra. Presidente prosseguiu referindo, quanto à questão dos espaços verdes, que a rega está a ser feita, mas que, possivelmente, atendendo ao que foi aqui dito, não estará a ser efetuada com a frequência que é necessária, o que irá averiguar.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

4. COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GUIA DOS LUGARINHOS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA UTILIZAÇÃO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO

Presente e-mail da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Guia dos Lugarinhos, representada por Tânia Lopes, solicitando autorização para a utilização de fogo-de-artifício no dia 19 de agosto p.p., durante os festejos em causa.

Considerando que o parecer favorável dos Bombeiros, embora condicionado à inexistência de alerta Amarelo, Laranja ou Vermelho e ao cumprimento de medidas especiais de segurança;

Considerando que a GNR emitiu uma licença condicionada à apresentação pela requerente, do Plano de Segurança, o que ainda não ocorreu;

Considerando os demais documentos que instruem o pedido, nomeadamente os relativos à empresa que irá executar o lançamento do fogo-de-artifício,

Considerando os fundamentos invocados pela requerente para justificar a pretensão formulada e o caráter tradicional dos festejos em causa, acrescido da mais-valia do evento, nomeadamente em termos lúdicos, culturais e socioeconómicos.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, condicionado ao cumprimento das restrições e obrigações constantes dos pareceres e licenças emitidas, pelos Bombeiros, e pela GNR, respetivamente, bem como, pela apresentação junto desta última entidade, do Plano de Segurança, e pronúncia da mesma em sentido favorável.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. COMISSÃO DE FESTAS DO SENHOR 2018 – PEDIDOS DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTOS IMPROVISADOS, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS, DE ENCERRAMENTO/CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO E PEDIDOS DIVERSOS

Presentes requerimentos apresentados pela Comissão de Festas do Senhor 2018, representada por Belmira Morgado e Cristina Bernardo, a formular pedidos diversos relacionados com a realização das aludidas Festas previstas para os dias 24, 25 e 26 de agosto de 2018, nomeadamente:

- Emissão das licenças especiais de ruído e de recinto improvisado para os indicados dias, através dos requerimentos n.ºs 3309/2018, 3310/2018, 3311/2018 e 3312/2018, e isenção do pagamento das respetivas taxas;

- Encerramento/condicionamento de estradas ao trânsito, no âmbito das festas em causa, conforme plantas de localização anexas à presente deliberação, dela fazendo parte integrante;

- Cedência de 9 barracas (4 para a Praça da Notabilidade e as restantes para a Praça Visconde de Castanheira de Pera);

- Cedência de vaías (grades);

- Apoio de funcionários do Município;

- Ligação de casa de banho portátil na Praça da Notabilidade;

- Cedência de viatura para transporte.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Considerando a natureza da requerente e os objetivos subjacentes à sua atuação;

Considerando o manifesto interesse do evento que recuperou uma tradição local de cariz religioso e popular, contribuindo, assim, para a preservação do património cultural e tradicional do concelho e, paralelamente, para a sua dinamização e promoção;

Considerando o parecer favorável condicionado, emitido pelo Sr. Fiscal Municipal.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas, devendo a requerente dar cumprimento rigoroso às normas legais aplicáveis, com especial incidência para as normas sobre segurança e Ruído, tendo em conta, neste último caso, o facto de se tratar de espaços com envolventes habitacionais, impondo-se a garantia do descanso dos seus moradores;

- Aprovar o encerramento das vias /condicionamento de estradas ao trânsito, conforme plantas de localização anexas à presente deliberação, dela fazendo parte integrante, condicionado ao parecer a emitir pela GNR e ao cumprimento das restrições referidas pelo Fiscal Municipal, bem como pela tomada pela requerente de medidas tendentes a minimizar os constrangimentos que a situação possa causar;

- Conceder os pedidos de apoio logístico formulados, no limite das competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município;

Relativamente à cedência de viatura para transporte, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a cedência da mesma que ocorreu em momento anterior à presente reunião dada a urgência em ir executando transportes relacionados com os festejos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. CATARINA ANDREIA NUNES HENRIQUES DE MELO – REQUERIMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA (ESPLANADA)

Presente requerimento de Catarina Andreia Nunes Henriques de Melo solicitando a concessão de licença para ocupação de via pública com esplanada numa área de 10 m2 junto ao seu estabelecimento comercial sito na Praça da Notabilidade.

Presente também Informação/ Análise Técnica do Fiscal Municipal, datada de 06 de agosto corrente, apreciando o pedido e pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Considerando que a atividade a desenvolver é potencialmente geradora de fluxos de pessoas àquele espaço (Praça da Notabilidade), o que permitirá cumprir o desiderato de animação do local, com as vantagens inerentes, nomeadamente no aspeto socioeconómico.

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e não existindo impedimentos que obstem à sua apreciação;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a referida ocupação, nos termos da Informação/Análise Técnica supra referida, cuja cópia se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente e-mail remetido em 26/07/2018, pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar transporte para o dia 28/07/2018, no âmbito do 2.º Torneio – “Homenagem ao Assa e Damásio”;

Presente e-mail remetido em 23/07/2018, pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar transporte para os dias 08 e 16 de setembro de 2018, no âmbito da realização de jogos de treino da equipa Seniores Masculinos.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio das atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Considerando que o pedido formulado em 26/07/2018, teve por objeto um transporte a realizar em data anterior à presente reunião, enquadrando-se nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atendendo à data, e à urgência da sua realização, tendo sido proferido despacho, pela Sra. Presidente da Câmara dando deferimento ao mesmo.

Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão de cedência de transporte para o dia 28 de julho de 2018, com isenção do pagamento das respetivas taxas, conforme solicitado.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos para as restantes datas, com isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. FÁBRICA DA IGREJA DO COENTRAL – PEDIDOS DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE RECINTOS IMPROVISADOS E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Fábrica da Igreja do Coentral, representada por Isabel Graça, a solicitar a emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Nossa Senhora da Nazaré - no recinto do Vidoiro – Coentral Grande, de 14 a 15 de agosto de 2018, bem como



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

a emissão da respetiva licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 04h.00.

Requer, ainda, a isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supra mencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL – PASSEIO DE VIATURAS 4X4 “O CAMINHO MAIS LONGO” – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail do Município de São Brás de Alportel a comunicar que se encontra a licenciar o passeio de viaturas 4x4 designado por “O Caminho Mais Longo”, que decorrerá entre os dias 8 a 11 de novembro de 2018, juntando para o efeito informação sobre o percurso, o qual inclui algumas vias públicas e florestais do Concelho.

Considerando o interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do Concelho, bem como para a dinamização da sua atividade socioeconómica;

Considerando o disposto no Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à utilização das vias que se encontram sob sua jurisdição, mediante o cumprimento do prescrito no aludido diploma legal, com particular ênfase para as condicionantes estatuídas no seu artigo 10.º.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. APOIO EM PROCESSO JUDICIAL

Presente requerimento apresentado, em 11.06.2018, por Fernando José Pires Lopes, ex-Presidente desta Câmara Municipal, para pagamento pela autarquia, da quantia de 9.245,40€ (nove mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta cêntimos), no âmbito do apoio em processos judiciais previsto no artigo 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais;

Presentes também pedidos de esclarecimento/clarificação remetidos ao requerente por este Município e respetivas respostas;

Presente ainda, parecer jurídico emitido em 30/07/2018, pelo Dr. Teófilo Araújo dos Santos.

Considerando que o artigo 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais, determina que constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos mesmos;

Considerando que a indicada norma também se aplica aos ex- eleitos locais;

Considerando que o ex-Presidente da Câmara Municipal foi parte, na qualidade de arguido, no processo de inquérito n.º 68/12.7TAFVN, que correu termos na 3.ª secção do DIAP de Coimbra, por causa do exercício daquelas funções;

Considerando que o indicado Inquérito terminou com o respetivo arquivamento não se tendo provado dolo ou negligência da parte do requerente;

Considerando as características da nota de despesas e honorários apresentada;

Considerando que a natureza do assunto (nota de despesas e honorários de advogado) envolve uma grande diversidade, não assumido, assim, caráter exemplar/padrão, aliado ao facto de se tratar de gastos de dinheiros públicos com todas as regras que lhe estão subjacentes, impõe-se que a Câmara Municipal esteja dotada de toda a informação possível para uma melhor tomada de decisão;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere solicitar ao Conselho Superior da Ordem dos Advogados a emissão de Laudo sobre a nota de despesas e honorários apresentada, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do parecer jurídico supra identificado cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

Mais se propõe que o prazo de decisão seja prorrogado até à submissão a este órgão camarário do aludido Laudo.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que pelos documentos rececionados perceberam que o parecer jurídico deriva de *“dúvidas interpretativas da Sra. Presidente”* e nessa sequência gostaria de saber quais são essas dúvidas.

Em resposta, a Sra. Presidente respondeu que as suas dúvidas são as que estão evidenciadas no pedido de parecer jurídico, bem como as que foram indicadas ao próprio requerente.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou quais eram objetivamente as dúvidas da Sra. Presidente, se eram alusivas à nota de honorários.

Retomando, a Sra. Presidente respondeu que, não só, mas também, ou seja, e quanto à nota de honorários, como não é advogada não sabe se aqueles valores de honorários estão corretos.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que não compreendia o facto de a Sra. Presidente dizer que tem dúvidas interpretativas porque não é advogada.

A Sra. Presidente respondeu que lhe deixava dúvidas, atendendo ao valor das notas de honorários, tendo de imediato o Sr. Vereador Gonçalo Lopes



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

perguntado se existe alguma tabela obrigatória sobre a nota de honorários dos advogados.

Solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina esclareceu que lhe parece que os advogados têm uma tabela de “valores meramente indicativos”, mas que os honorários devem ser fixados dentro da razoabilidade.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que assim sendo os advogados não têm uma tabela de preços. Mais, disse que, pelo que leu, as dúvidas da Sra. Presidente, nomeadamente sobre os valores e a discriminação desses valores, encontram resposta na complexidade do processo, e nas diligências que têm de ser efetuadas, enfim numa série de custas que o advogado, Dr. Bolota Belchior, elenca em resposta às solicitações deste executivo. Nesta senda, referiu que mesmo com o esclarecimento por parte do advogado depreende que a Sra. Presidente não tenha ficado totalmente esclarecida.

Com a palavra, a Sra. Presidente informou que efetivamente não ficou esclarecida com a resposta do advogado, perguntando ao Sr. Vereador Gonçalo Lopes se ficava elucidado com a resposta, tendo aquele respondido afirmativamente e que não iria questionar os valores cobrados sobre aquela matéria, sublinhando quais são as “dúvidas interpretativas” da Sra. Presidente.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que tem várias dúvidas, inclusivamente no elencar das despesas, explicando que pediu ajuda para clarificar essas dúvidas, um direito que considera que lhe é permitido, porém, como continuou com dúvidas sobre os valores apresentados decidiu pedir novamente ajuda no mesmo sentido.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que obviamente a Sra. Presidente tem direito a esclarecer as suas dúvidas, acrescentando que o próprio parecer do Dr. Teófilo alude, muitas vezes, às “dúvidas da Sra. Presidente”.

Fez notar que, sem querer fazer nenhuma leitura além do que é evidente, os Vereadores do PS consideram que a Lei é clara nesta matéria no que diz respeito ao ressarcimento de valores gastos em consultadoria jurídica por parte dos autarcas ou ex-autarcas e, aludindo ao artigo 21.º, que considera inequívoco, questionou se o que não é claro para a Sra. Presidente é o valor cobrado.

Mais uma vez solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina explicou que a questão que inicialmente se levantou foi porque a nota de despesas e honorários não estava elaborada em conformidade com aquilo que a Lei determina, sendo que nomeadamente a própria Ordem dos Advogados especifica essa matéria “e portanto os honorários têm de vir diferenciados das despesas o que não estava a acontecer” e daí a troca de correspondência no sentido de esclarecer a questão.

Explicou, ainda, que também o último esclarecimento prestado não era claro no sentido de discriminar o que são as despesas dos honorários, ou seja, não ficou claro porque uma coisa era se o Dr. Belchior viesse dizer que foi um lapso quando afirmou que estava tudo incluído mas que afinal não estava, porém não foi o que aconteceu porque o Dr. Belchior indica um valor de despesas e honorários e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

depois, quando a Câmara pediu os esclarecimentos para diferenciar as despesas dos honorários, veio dizer que as despesas não estão lá incluídas mas que o montante se mantém.

Assim, esclareceu, foi nesse sentido que o Município pediu o parecer ao escritório do advogado Dr. Teófilo, que veio dizer que efetivamente pode suscitar dúvidas interpretativas bem como a questão dos valores porque embora a Ordem dos Advogados não tenha propriamente uma tabela de honorários que tenha de ser seguida “à risca”, também diz que os honorários têm de ser fixados com razoabilidade em função do trabalho e do processo. Mais, o próprio estatuto da Ordem dos Advogados prevê que, nessa situação de dúvidas ou oposição de quem vai pagar, se possa solicitar ao Conselho Geral a emissão de um laudo/ parecer sobre a nota de honorários apresentada.

Complementando, a Sra. Presidente esclareceu que nesta questão não está em causa o montante, que pode vir a ser o mesmo, mas sim o esclarecimento das dúvidas suscitadas.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que no documento do advogado, datado de 2 de maio, há uma diferenciação entre os honorários e as despesas porque diz que não se debitam as despesas com processos, deslocações, etc..

De imediato, a Dra. Bernardina argumentou que o citado documento, ou seja, a resposta do requerente ao pedido de esclarecimento sobre honorários efetuado pelo Município, de facto refere que não se debitam as despesas, ao contrário do afirmado no primeiro documento que dizia que as mesmas despesas estão incluídas nos honorários, todavia o valor mantém-se, isto é, apresenta-se exatamente igual nos dois documentos. Salientou, que na nota de despesas e honorários têm de estar diferenciadas as duas coisas e o advogado não conseguiu clarificar essa questão. Fez notar ainda que é importante clarificar o assunto uma vez que “*estamos a lidar com dinheiros públicos*” e a Câmara tem de ficar a saber exatamente o que está pagar.

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a leitura dos Vereadores do PS é a de que lamentam esta situação alegando que, salvo melhor opinião, e compreendendo naturalmente o que é acabado de dizer, consideram excessiva e lamentável “*alguma eventual leitura política de um caso, de uma situação, que é eminentemente jurídica*”.

Referiu que a forma como este assunto foi instruído lhe parece “*até merecedor de algum repúdio*” porque “*de alguma forma, parece querer fazer-se parecer que há aqui alguma tentativa de aproveitamento ou até de mau uso do erário público.*”

Interrompendo, a Sra. Presidente afirmou que essa é a leitura que os Srs. Vereadores do PS podem fazer, mas que não é essa a leitura deste Executivo. Salientou que o objetivo desta clarificação é exatamente a que foi transmitido. Fez notar que estando a mexer com dinheiros públicos o que se pretende com este



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

pedido de clarificação é apenas ser o mais transparente possível repetindo que não está em causa o valor, nem oposição ao seu pagamento, porém foram tomadas as diligências que, em sua opinião, legalmente se impõem.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que legalmente nem pode haver oposição ao pagamento que poderia, até, ser o dobro.

Retomando, a Sra. Presidente salientou que os Srs. Vereadores dão a leitura ao assunto que entenderem, porém a que lhe querem atribuir não corresponde à verdade, salientando que *“tem muito respeito”* pelas pessoas que exercem este tipo de funções.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que é importante ter respeito *“sobretudo pelo cargo”* porque do seu ponto de vista a forma como esta situação está a ser alinhada *“constitui até uma falta de respeito pelo exercício de funções e pelo cargo que neste momento a Sra. Presidente ocupa”*. Fez notar que este é o entendimento dos Vereadores do PS *“salvo melhor opinião”* e não podem deixar de *“repudiar a tentativa deliberada de protelar, protelar, protelar”* com os pedidos de informação sempre no limite dos prazos legais, anotando *“o nosso ex-Presidente ou outro qualquer eleito, as pessoas e sobretudo os cargos que desempenharam, no caso concreto durante 24 anos ao serviço da coisa pública acho que é excesso de zelo, no mínimo”*.

Nessa sequência, a Sra. Presidente voltou a contrariar aquelas palavras afirmando que estão *“completamente descontextualizadas”* daquilo que é a sua leitura repetindo que *“tem o maior respeito por todas as pessoas que exercem cargos públicos por todas as condicionantes que os Senhores, se calhar, até têm oportunidade de saber há mais tempo”* do que ela própria. Esclareceu que para além do facto de ter muito respeito por quem exerce cargos públicos, tendo-o, inclusivamente, demonstrado já ao próprio, também tem o maior respeito pelos dinheiros públicos que não são seus, são de todos e como tal não pode ser gerido como bem entender.

Insistiu que pretendia que ficasse bem claro que a leitura feita pelos Vereadores do PS está *“completamente errada”* porque não é a leitura deste Executivo, acrescentando que, para si, *“as pessoas não são coisas e tem o maior respeito pelas pessoas e agradece que quando (ela própria) falhar”* lhe chamem a atenção citando: *“tenho a humildade suficiente de dizer não sei tudo e estou cá para aprender, tenho boa vontade”* e *“falhar é próprio de quem faz alguma coisa porque aqueles que nada fazem não têm oportunidade de falhar”*.

Terminou dizendo que no cargo em que se encontra precisa da ajuda de toda a gente, do saber de toda a gente e de aprender com toda a gente”.

Finda a discussão e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS proferindo a seguinte declaração:

“Declaração de Voto

Os Vereadores do Partido Socialista, em face da documentação apresentada pelo ex Presidente da Câmara Fernando José Pires Lopes e consequente emissão de pareceres jurídicos, bem como a troca de correspondência com a Câmara Municipal, na pessoa da Senhora Presidente, votam contra a presente proposta de pedido de parecer, apresentando para o efeito os seguintes fundamentos:

- O requerente, segundo sentença judicial, reúne os requisitos necessários à satisfação da pretensão por este apresentada;*
- Os esclarecimentos solicitados pela Senhora Presidente, foram prestados pelo requerente, sendo, portanto, razão mais do que suficiente para dar provimento à pretensão formulada pelo mesmo;*
- Tendo sido Autarca Local durante cerca de 24 anos, sendo que em doze desses 24 anos assumiu as funções de Presidente da Câmara, é entendimento dos vereadores do Partido Socialista que perante o cumprimento do determinado legalmente para situações desta natureza, esclarecidas que foram as dúvidas suscitadas, o bom nome e o princípio da boa fé não podem, nem devem ser aqui questionados, ainda que de forma dissimulada, pelo que não nos revemos na proposta agora apresentada pela Senhora Presidente. Acrescentamos ainda que, qualquer Presidente de Câmara, em exercício ou já fora dele, como é o caso, deve ser tratado com a dignidade que o cargo ocupado impõe desde que estejam cumpridos os requisitos legais. Situação que não nos parece estar a acontecer;*
- Por fim, as dúvidas que assistem à Senhora Presidente da Câmara relativamente aos honorários apresentados pelo advogado do requerente, parecem não ter fundamento, uma vez que é o próprio Estatuto da Ordem dos Advogados, no n.3 do seu artigo 105 que determina que "na fixação dos honorários deve o advogado atender à importância dos serviços prestados, à dificuldade e urgência do assunto, ao grau de criatividade intelectual da sua prestação, ao resultado obtido, ao tempo despendido, às responsabilidades por ele assumidas e aos demais usos profissionais."*

Assim, parece-nos descabida a votação do presente pedido de parecer à Ordem dos Advogados, ainda que a Lei o preveja.

Acrescentamos ainda que, tais dúvidas, não o sendo certamente, acreditamos, podem suscitar por parte de quem analisa os documentos e a questão em apreço, que existem da parte da Senhora Presidente dúvidas que têm a ver com a condição deontológica do profissional envolvido no processo, bem como um eventual comportamento de tentativa de lesar o erário público por parte do requerente, quando é a lei que, inequivocamente, lhe reconhece o direito à pretensão formulada.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Os vereadores do Partido Socialista não se revêm neste tipo de postura adotada.

Reafirmamos que, na essência, queremos acreditar que não seja esta a intenção da Senhora Presidente, mas perante os documentos analisados, não entendemos as dúvidas da mesma depois de todos os esclarecimentos prestados e perante tudo o aquilo que acima referimos, votamos contra nesta deliberação.

Castanheira de Pera, 10 de agosto de 2018.”

11. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2018/2019 E APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MANUAIS/ CADERNO DE ATIVIDADES

Considerando a aposta na educação uma ferramenta basilar para a criação e o desenvolvimento de sociedades mais justas, solidárias, equilibradas e capazes de melhor responder às necessidades e desafios que se afiguram ao longo da vida, quer individual, quer coletivamente;

Considerando que tem sido apanágio da Câmara Municipal desenvolver e apoiar, sempre que possível, medidas que contribuam para a promoção do ensino no concelho;

Considerando que tem sido, igualmente, uma prerrogativa municipal procurar implementar ações que, por um lado, melhorem as condições de vida dos residentes e, por outro, promovam a fixação de população no território;

Considerando que a Câmara Municipal tem vindo a apoiar a aquisição de cadernos de atividades no 1.º ciclo do ensino básico, assim como já o tinha feito também quanto aos manuais escolares, antes das medidas governamentais da gratuitidade dos mesmos neste nível de ensino, procurando desonerar o orçamento familiar dos agregados com crianças em idade escolar e, simultaneamente, contribuir para a promoção da redução das assimetrias que subsistem na prestação dos serviços educativos, sendo de manifesto interesse que tal medida possa ter continuidade e até alargada no seu âmbito de abrangência;

Considerando que a Câmara Municipal também tem vindo a apoiar a aquisição de manuais escolares no remanescente da comparticipação do Estado, no que diz respeito ao 2.º ciclo do ensino básico e que, nos termos previstos no artigo 170.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, bem como do artigo 64.º do Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio, foi estabelecido o regime de gratuitidade dos manuais nesse grau de ensino;

Considerando que o apoio ao 2.º ciclo pode incluir outra vertente;

Considerando que as medidas de apoio social nesta área assumem uma crucial importância, particularmente em concelhos como Castanheira de Pera, e que compete aos entes públicos tomar medidas nesse sentido procurando abranger o maior leque possível de beneficiários;

Considerando, nesta senda, que embora constitua um manifesto esforço financeiro por parte da Autarquia, se vislumbra como uma mais-valia, e até uma medida geradora de equidade e justiça, estender a outros graus de ensino, no caso em apreço, ao 3.º ciclo do ensino básico, a concessão de apoios sociais similares;

Propõe-se que, nos termos e no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

de 12 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, a Câmara Municipal deliberou, para vigorar no ano escolar de 2018/2019, atribuir a todos os alunos dos 1.º e 2.º ciclo do ensino básico do concelho apoio financeiro para aquisição dos respetivos cadernos de atividades, (uma vez que os manuais serão fornecidos pela administração central), colaborando assim, de forma efetiva, com um leque significativo de famílias.

Propõe-se também que a Câmara Municipal deliberou atribuir a todos os alunos do 3.º ciclo do ensino básico do concelho, apoio para aquisição de manuais escolares, no remanescente da comparticipação do Estado, cobrindo assim, de um modo efetivo, também este grau de ensino, num alargamento norteado por critérios de equidade e de justiça, apoiando os respetivos agregados familiares.

Quanto às demais medidas de ação social escolar e considerando que, nos termos do artigo 11.º do Despacho n.º 8452-A/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, de 31 de julho, o qual ser visto no seu todo, e assim, também com as alterações que foram introduzidas ao diploma pelo Despacho n.º 5296/2017, publicado no Diário da República, 2ª série, de 16 de junho, pela retificação efetuada através da Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 11 de julho, publicada no Diário da República, 2ª série, de 11 de julho, e pelo Despacho n.º 7255/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, de 31 de julho de 2018, para efeitos de atribuição de auxílios económicos o escalão em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, propõe-se, para vigorar no ano escolar de 2018/2019, que a Câmara Municipal deliberou que sejam atribuídos os seguintes apoios financeiros aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho, para efeitos de aquisição de material escolar e de comparticipação nas visitas de estudo:

Escalão	Capitação	Apoio para aquisição de material escolar	Visitas de Estudo
A	Escalão 1 do abono de família	16,00€	20,00€
B	Escalão 2 do abono de família	16,00€	10,00€

Propõe, também que, na modalidade de apoio alimentar, a Câmara Municipal deliberou que no refeitório escolar afeto à educação pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico se mantenham os seguintes preços por refeição:

- Crianças abrangidas pelo escalão A - 0,00 €;
- Crianças abrangidas pelo escalão B - 0,73 €;
- Outras crianças - 1,46 €.

Propõe-se, ainda, que pelo fornecimento de refeição aos professores e outros trabalhadores das escolas e do refeitório em questão, a Câmara Municipal deliberou continuar a cobrar o preço de venda estipulado para a refeição tipo a fornecer aos trabalhadores da Administração Pública nos refeitórios dos serviços e organismos da administração central e local, nos termos da legislação própria - que



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

é atualmente de 4,10 €, conforme Portaria n.º 421/2012, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 171, de 4 de setembro.

Por fim, propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere manter o preço das refeições parciais/não completas, conforme deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de janeiro de 2012, nos moldes seguintes:

- Sopa + pão + sobremesa (fruta ou doce) – 1,85 €;
- Prato + pão + sobremesa (fruta ou doce) – 3,00 €.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência ao que foi dito na reunião anterior sobre este assunto por ele e pelo Vereador António Antunes questionando o que foi tido em conta para a construção desta proposta de deliberação.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça informou que esta proposta já estava a ser analisada internamente antes de os Senhores Vereadores abordarem o assunto tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionado se assim era por que razão não a trouxeram à reunião anterior.

O Sr. Vereador João Graça explicou que a Câmara estava a analisar a questão da comparticipação na aquisição dos livros na diferença do remanescente de cada escalão, comentando que os Senhores Vereadores do PS não preparam essa questão na avaliação de custos que fizeram.

Interpelando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que o Vereador João Graça também não deu aquela informação na reunião anterior tendo, de imediato, o próprio respondido que os Senhores Vereadores do PS também não perguntaram.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que *“esta atitude é reveladora de uma falta de respeito institucional sem precedentes”* a que acresce o facto de considerar que *“os Senhores reiteradamente fazem dos Vereadores da oposição nesta Câmara tábua rasa”*.

Sublinhou que os Vereadores do PS não aceitam esse papel e que se não estão aqui a fazer nada, estão *“perfeitamente disponíveis para abandonar”* se for esse o entendimento do Executivo tendo, de imediato, o Sr. Vereador João Graça referido que esse entendimento tem de ser dos próprios Vereadores do PS.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que bastava que o Executivo acrescentasse *“considerando a proposta dos Vereadores do Partido Socialista”* no texto desta proposta porque não sendo dessa forma considera que há *“falta de honestidade política”* porque se está a fazer da discussão da reunião anterior *“tábua rasa, esquecemos que não aconteceu”* questionando se esta é a *“noção de colaboração”* do Executivo.

Intervindo, a Sra. Presidente referiu que as palavras proferidas pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes eram entendimento do mesmo, questionando se a proposta de deliberação agora apresentada contém apenas o que os Senhores Vereadores do PS referenciam.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu que o Executivo resolveu englobar na mesma deliberação vários pontos, nomeadamente o que diz respeito aos escalões e refeições, e ao mesmo tempo englobaram a proposta que os Vereadores do PS apresentaram na reunião anterior sobre os manuais escolares do 3.º ciclo que *“por falta de honestidade”* do Executivo não foi referenciado.

De imediato, a Sra. Presidente perguntou se os argumentos apresentados serviam para votar contra a presente proposta.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu que essa questão não estava em causa porque lhes interessam as pessoas e do *“ponto de vista político não vale tudo”* acrescentando que a proposta de deliberação da forma como é apresentada leva a pensar que é a Câmara, o Executivo, que vem propor quando tal não corresponde à verdade.

A Sra. Presidente questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes se os Vereadores do PS também não fazem parte deste Executivo tendo aquele comentado que muitas das atitudes tomadas pela Sra. Presidente através de ratificações de Despacho não demonstram que há democracia.

Na sequência, houve mais alguma troca de impressões com o intuito de esclarecer os moldes em que a proposta está a ser apresentada tendo a Sra. Presidente tecida, a este propósito, o comentário *“mais uma vez está aqui a prova provada daquilo que foram sempre os interesses políticos deste concelho à frente do interesse das pessoas do concelho e deste território”*, tendo de imediato o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionado o porquê daquela afirmação uma vez que a proposta ainda não foi votada.

Continuando, a Sra. Presidente sublinhou que está a ser *“posto em causa o interesse de Castanheira em favor da defesa dos interesses políticos”* e por isso é que na sua *“humilde opinião os interesses políticos nestes territórios sempre se sobrepuseram aos interesses das pessoas de Castanheira”* porque a única preocupação dos Senhores Vereadores do PS é a de não estar implícito na deliberação que, alegadamente, foi proposta dos mesmos.

De imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes refutou aqueles comentários referindo que a preocupação do Executivo é fazer *“tábua rasa”* das intervenções dos Vereadores do PS uma vez que apresentaram uma proposta na reunião anterior que não foi indicada como tal na proposta sobre a matéria apresentada pelo executivo na reunião seguinte.

A Sra. Presidente elucidou que não foi feita *“tábua rasa”* por que na altura foi-lhe dito que essa questão estava a ser analisada e que não poderiam estar sempre a referir todas as situações que têm em mãos, indicando, a título de exemplo, que os Senhores Vereadores do PS já fizeram algumas sugestões sobre o orçamento participativo que também já estava, e continua a estar a ser objeto de análise pelo Executivo e que ainda não foi ali discutido. Concluiu reafirmando que os interesses políticos sempre se sobrepuseram aos interesses das pessoas destes territórios.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que ter estas atitudes, fazer política desta forma é fácil parecendo-lhe que os Vereadores do PS poderão trazer inúmeros contributos porém nunca serão tidos em consideração pelo Executivo.

Continuando, questionou se quantificaram a proposta que estavam a apresentar.

Usou da palavra, o Sr. Vereador João Graça referindo que não é verdade que não têm em consideração as sugestões dos Vereadores do PS todavia, quando essas sugestões já estão a ser executadas, tal como aconteceu com este assunto, nunca poderia responder *“nunca nos lembramos disso, não estamos a trabalhar nisso porque era mentira”* explicando que analisar esta e muitas outras matérias está inerente ao seu trabalho enquanto executivo.

Em seguida, explicou que a medida foi quantificada porém só a partir do momento em que venha da escola a informação dos escalões dos alunos é que se poderá ter a noção do real valor da participação na aquisição dos manuais escolares do 3.º ciclo.

Depois de haver novamente mais alguma troca de impressões sobre o assunto o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que bastava que na reunião anterior quando o assunto foi abordado pelos Vereadores do PS lhes tivesse sido respondido pelo Executivo que o assunto já estava a ser analisado e se pretendiam acrescentar algum contributo frisando que, na sua opinião, sistematicamente os Vereadores da oposição não são tidos em conta inclusivamente no direito à informação previsto no direito à oposição.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que *“numa realidade perfeita seria fantástico”* o Executivo em funções para além de ter tempo para reunir entre si ter tempo para reunir com os Senhores Vereadores do PS porém *“infelizmente”* não é assim.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que nem era preciso tanto pois, bastava que o Executivo em funções trouxesse os assuntos e perguntasse aos Vereadores do PS qual a sua opinião, se queriam dar algum contributo quando ao invés disso *“trazem um despacho e depois nós ratificamos a seguir”* acrescentando que este tipo de atitudes *“não é de agora, acontece de forma sistemática”*.

A este propósito, o Sr. Vereador João Graça informou que teriam, com certeza, de melhorar esta situação assegurando que, da sua parte, essa intenção é real.

Intervindo, a Sra. Presidente perguntou se estavam todas as questões esclarecidas para concluir este ponto da agenda.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

De imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu negativamente uma vez que o Executivo não conseguiu quantificar o valor gasto acrescentando que se tivessem dito que estavam a estudar a medida sobre o 3.º ciclo eles próprios (os Vereadores do PS, entenda-se) teriam acrescentado a possibilidade de alargar essa medida ao nossos alunos do ensino secundário uma vez que também a estão a estudar.

O Sr. Vereador João Graça informou que também pensou nessa questão inclusivamente tentou fazer o levantamento dos alunos que frequentam o ensino profissional e não profissional porque as despesas não são as mesmas.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que também já verificou que as despesas não são iguais, questionando se custava muito informar que estão a fazer aquele trabalho tendo o Sr. Vereador João Graça advertido que esse é o trabalho de todos os dias.

Finda a discussão e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes proferiu a seguinte declaração de voto: *“Naturalmente quando nos acusa de fazer aproveitamento político e de sobrepormos o interesse político, quereria dizer partidário, o interesse partidário acima dos interesses das pessoas, queremos refutar por completo esse tipo de afirmações e dizer que não nos revemos na postura do Executivo em funções que faz das mais sucessivas intervenções dos Vereadores do Partido Socialista nesta Câmara tábua rasa, não aceitamos e continuaremos a pugnar por uma maior e mais profunda democraticidade no seio destas reuniões”.*

12. PEDIDO DE PARECER PARA A REALIZAÇÃO DE ESCRITURA DE DIVISÃO DE COISA COMUM

Presente pedido de emissão de parecer apresentado, em 09.07.2018, por Américo Manuel Henriques Coelho Antunes, para a realização de escritura de divisão de coisa comum no que concerne ao prédio inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo 3024;

Presente Parecer da Divisão de Administração Autárquica, datado de 07.08.2018;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido formulado por não se vislumbrar no ordenamento jurídico, norma que determine a obrigação da sua emissão por parte deste órgão, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer da Divisão de Administração Autárquica já identificado, que se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais fazendo da mesma parte integrante.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere proceder à notificação do requerente para vir dizer, por escrito, querendo, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da presente deliberação, o que se lhe oferecer sobre este projeto de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

decisão, tudo nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 08 de agosto de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.541.006,36 € (dois milhões quinhentos e quarenta e um mil seis euros e trinta e seis cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.495.895,77 € (dois milhões quatrocentos e noventa e cinco mil oitocentos e noventa e cinco euros e setenta e sete cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 45.110,59 € (quarenta e cinco mil cento e dez euros e cinquenta e nove cêntimos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.551.149,66 € (dois milhões quinhentos e cinquenta e um mil cento e quarenta e nove euros e sessenta e seis cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

14. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 26/07/2018 e 08/08/2018, registados sob os números 836 a 868, no valor total de 38.189,60€ (trinta e oito mil cento e oitenta e nove euros e sessenta cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

15. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 11.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de o valor de 12.000,00 € (doze mil euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 11.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 15.600,00 € (quinze mil e seiscentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. OBRAS PARTICULARES



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Presente o Parecer n.º 38/SPOPU/2018, de 7 de agosto de 2018, emitido pelo Setor de Planeamento, Obras e Urbanismo, referente ao projeto de indeferimento, cujo titular é Associação Ponte Sobrinho – Associação para o Desenvolvimento das Botelhas, relativo à realização da operação urbanística de legalização de edifício, sito nas botelhas, união das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto de indeferimento tudo nos termos e fundamentos constantes do parecer supramencionada, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se ainda que o titular do processo seja notificado para, e em sede de audiência, dizer, querendo, por escrito, e no prazo de 10 dias úteis, contados da data da notificação, tudo o que entender conveniente sobre a decisão projetada.

DISCUSSÃO:

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que não conhecia o processo tendo a Sra. Presidente esclarecido que este processo é sobre a legalização da Associação Ponte Sobrinho e que a Câmara tem solicitado vários documentos necessários à instrução do processo que nunca são entregues totalmente, apesar dos inúmeros esforços que o Município tem feito nesse sentido, e por isso o seu indeferimento.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se a Associação não tem entregado os documentos tendo a Sra. Presidente respondido que é essa a informação que tem dos serviços técnicos.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção do Sr. Vereador Gonçalo Lopes do PS, justificada pelo facto de não conhecer bem o processo.

O Sr. Vereador António Antunes não participou da apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

18. OBRAS PARTICULARES

Presente o Parecer n.º 36/SPOPU/2018, de 24 de julho de 2018, emitido pelo Setor de Planeamento, Obras e Urbanismo, referente ao projeto de indeferimento, cujo titular é Tomásflorestas – Gestão e Exploração de Recursos Florestais, relativo à realização da operação urbanística de legalização e ampliação de edifício, sito no Troviscal, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto de indeferimento tudo nos termos e fundamentos constantes do parecer supramencionada, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Propõe-se ainda que o titular do processo seja notificado para, e em sede de audiência, dizer, querendo, por escrito, e no prazo de 10 dias úteis, contados da data da notificação, tudo o que entender conveniente sobre a decisão projetada.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que não conhecia o processo, questionando se era sobre a estrutura metálica no Troviscal que ardeu na sequência dos incêndios de junho do ano passado e quais os pressupostos para indeferimento deste processo.

A Sra. Presidente explicou que o indeferimento se deve ao parecer vinculativo, em sentido negativo, do ICNF tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referido que está em causa a reposição de uma infraestrutura já existente.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que este processo de legalização é precisamente da infraestrutura que já existia.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que é do conhecimento de todos que o próprio governo tem intenção de criar legislação específica para estas situações no sentido de auxiliar as empresas, (fazendo o parenteses que é o tal interesse referido pela Sra. Presidente que deve prevalecer - a defesa das pessoas), e tendo em conta também a intenção de se proceder a uma requalificação no âmbito da prevenção do risco de incêndio nestes territórios questiona porque é que o executivo vem já com esta proposta de indeferimento.

A Sra. Presidente prestou alguns esclarecimentos sobre este processo salientando que tem tido em conta o interesse da empresa em questão todavia o parecer da entidade externa em causa (ICNF) é vinculativo.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que do ponto de vista político não entende esta proposta porque *“vai contra o princípio de auxiliar os agentes locais que criam emprego e que teimam em criar riqueza, valia, valor ao nosso território”*.

Nesta senda, a Sra. Presidente questiona se o Sr. Vereador Gonçalo Lopes considera esta proposta uma tomada de posição contra quem quer investir em Castanheira.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondeu que não, mas que, todavia, lhe parece que *“pode transtornar a sustentabilidade da empresa em questão porque é uma infraestrutura que lhes faz falta para trabalhar”*.

Na sequência, a Sra. Presidente referiu que não há essa intenção e agradece aos Senhores Vereadores que se conseguirem ajudar a ultrapassar esta situação façam a proposta.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás fazendo notar que é de todo o interesse e dever do



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Executivo apoiar estas empresas, porém considera que o processo deverá ficar claro e devidamente instruído sublinhando que não é *“nenhum entrave à empresa”* tendo a Sra. Presidente acrescentado que devido à preocupação com este processo é que perguntou se alguém conhecia outra forma de ultrapassar esta questão e se se podia ultrapassar.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

19. EMPREITADA “REABILITAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS/ INCÊNDIOS – 2017” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente os Despachos proferidos pela Presidente da Câmara Municipal, datados de 31 de julho de 2018 e de 7 de agosto de 2018, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determinando a abertura do procedimento de ajuste direto “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” e a aprovação do pedido de esclarecimentos e erros e omissões.

Propõe-se que, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I do Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere ratificar o mencionado despacho, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que embora pareça redundante gostaria de saber se os Vereadores do PS não poderiam ter sido tidos em conta neste processo.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que poderiam contudo teve de ser feito desta forma porque havia prazos no âmbito da legislação para o efeito, cujo término era o dia 30.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que diria de outra forma porque lhe parece que *“se andou tempo demasiado a inquinar”* esta matéria.

Retorquindo, a Sra. Presidente referiu que, possivelmente, se deve ao *“enquinamento”* que estava especialmente na reabilitação de estradas e arruamentos porque foram feitos dois procedimentos e teve de ser feito um terceiro.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou que estes procedimentos estavam prontos quando este Executivo tomou posse e que só faltava abrir o procedimento de concurso e adjudicar, questionando se estaria errado neste pensamento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

No uso da palavra, a Sra. Presidente esclareceu que faltavam alguns documentos, nomeadamente algumas peças desenhadas que não estavam prontas, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionado se foram precisos *“10 meses para desenhar as peças”* deixando um alerta para *“pelo menos não deixar fugir o financiamento”*.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes que solicitou que lhe fosse fornecido este processo.

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu que não tinha outra forma de dizer que se nota nesta questão *“a incompetência do Executivo”* que deveria ter trabalhado no sentido de agilizar as obras mas que, ao invés *“parece que de alguma forma quis inquirar”* as mesmas.

A Sra. Presidente contrariou aquelas palavras afirmando que, efetivamente, não é esse o objetivo e que o Executivo se confrontou com vários constrangimentos que impediram o procedimento de avançar mais depressa.

Finda a discussão e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes proferiu a seguinte declaração de voto: *“Naturalmente os Vereadores do Partido Socialista nesta Câmara Municipal votam a favor porque é efetivamente uma medida cuja finalidade e cujo propósito é também o nosso que é exatamente o de melhorar as condições de vida dos nossos concidadãos. Reiteramos mais uma vez o nosso profundo desagrado pela forma como este processo foi conduzido sem vir a uma única reunião desta Câmara Municipal, sem nenhum contributo por parte dos eleitos pelo Partido Socialista. Mais, não podemos aceitar que este procedimento tenha demorado mais de 10 meses a ser aberto e que tenha sido in extremis porque achamos que deviam ter, se houvesse um bocadinho de planeamento e competência, isto teria condições para ter sido aprovado mais cedo e portanto a obra realizada mais rápido.”*

20. ASSEMBLEIA DE COMPARTES DOS BALDIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE PARECER RELATIVO EO ENQUADRAMENTO DAS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PMDFCI E PDM

Presente pedido formulado pela Assembleia de Compartes dos Baldios da Freguesia de Castanheira de Pera, com entrada junto desta Câmara Municipal em 16.07.2018, para emissão de parecer relativo ao enquadramento das ações de arborização no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do Plano Diretor Municipal, no que concerne aos locais (parcelas) de baldios aí identificados, e que se encontram sob sua gestão, a fim de instruir uma candidatura ao PDR2020.

Presente Informação/Análise Técnica emitido pelos serviços técnicos desta autarquia em 03/08/2018, no sentido de que a Câmara Municipal poderá dar



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

parecer favorável à pretensão da requerente, nos termos e com os condicionalismos e salvaguardas referidos naquele documento.

Propõe-se que a Câmara Municipal dê parecer favorável à pretensão da requerente, no sentido de proceder ao restabelecimento da parte da floresta dos baldios da freguesia de Castanheira de Pera nos povoamentos identificados como local 1 e 2 na Memória Descritiva junta ao pedido pela requerente, afetada por agentes abióticos, com cumprimento das condicionantes referidas na Informação/Análise Técnica emitido pelos serviços técnicos desta autarquia em 03/08/2018, e das demais normas aplicáveis.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere que a requerente seja notificada de que a presente decisão não lhe atribui quaisquer direitos ou constitui o reconhecimento da área de baldio por si identificada no pedido e documentos anexos, uma vez que a Autarquia considera que a mesma não está correta comparativamente com os elementos existentes junto desta Câmara Municipal, provenientes, nomeadamente, do ICNF e que se tomam como certos e oficiais. Acresce que a área delimitada pela requerente, e que se contesta, inclui um terreno da propriedade deste Município, mais concretamente, o artigo matricial n.º 14712, sito em Cabril, Vale Filipe e Tojo, designado por Campo de Tiro, da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral.

Nestes termos, propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere também ordenar a notificação da requerente, informando-a de que, a presente deliberação é efetuada sem prejuízo do supra exposto, só sendo possível porque a área a intervencionar não é englobada nas apontadas questões, tudo nos termos e com os fundamentos da já identificada Informação/Análise Técnica emitido pelos serviços técnicos desta autarquia, que se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador António Antunes referindo que relativamente à área prevista para fazer esta operação verificou que na informação há uma diminuição da área total porque há uma área que é pertença do Município onde os Baldios pretendiam fazer plantação de pinheiros e medronheiros e daí ter ficado com algumas dúvidas.

No sentido de esclarecer o assunto, interveio a Dra. Bernardina referindo que a Assembleia de Compartes dos Baldios apresentam junto desta Câmara um requerimento que continha um documento delimitando a área do baldio e que essa delimitação não está de acordo com os documentos oficiais existentes no Município e que vieram do ICNF. Acrescentou que, para além disso, na área que os Compartes indicam como sendo de baldios incluem o Campo de Tiro, que é propriedade do Município.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador António Antunes questionou se é nessa parcela que vão ser efetuadas as plantações.

Em resposta, a Dra. Bernardina explicou que não, e por isso é possível emitir parecer favorável, embora se chame a atenção para as questões verificadas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que não percebeu muito bem, questionando se é o perímetro que está incorreto.

A Dra. Bernardina respondeu que o perímetro está incorreto porque o Município possui os elementos oficiais que indicam que não é aquele o perímetro dos baldios e, para além do mais, dentro desse perímetro que a Assembleia de Compartes delimita, a mesma inclui uma propriedade que é do Município.

Ainda assim, explicou que o parecer pode ser dado porque a intervenção que eles vão fazer é na área do baldio.

Seguidamente, a Sra. Presidente apresentou o mapa onde se verifica a área que os baldios delimitaram e qual a parcela que pertence ao Município referindo que, apesar da delimitação da área de baldio não estar correta, a intervenção de plantação será efetuada fora dessa parcela do Município.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se por que razão os Baldios incluem a parcela do Município na sua área se não vão lá intervir tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que não sabe mas que se poderá dever ao facto de, para efeitos da candidatura necessitam de ter uma determinada área.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou se, apesar de se verificar que na realidade os baldios não têm intenção de plantar na parcela do Município, não existe uma forma de o fazer o que, na sua opinião, seria uma mais-valia.

A Dra. Bernardina respondeu que os Baldios não pedem para incluir essa área na plantação, mas que, de qualquer modo, tal poderia gerar questões sobre a propriedade daquela parcela de terreno, tendo a Sra. Presidente complementado a resposta dizendo que a chamada de atenção sobre a área que o Município efetuou é uma ressalva.

Com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que pelo que está a perceber os Baldios estão a incluir na sua candidatura uma área que é do Município questionando, então, o que vêm eles pedir a esta Câmara tendo a Sra. Presidente respondido que vêm pedir parecer/autorização para efeitos da candidatura.

Em complemento, a Dra. Bernardina reafirmou que os compartes definem um perímetro como sendo de Baldios e dentro desse perímetro está terreno que é do Município e portanto a Câmara informa-os que vai dar o parecer porque a ação que pretendem praticar é dentro do terreno baldio mas que tem de ficar esclarecido que a delimitação que fizeram não está correta porque estão a incluir área de terreno que é do Município. Mais, explicou que com este parecer a Câmara faz uma ressalva para que de futuro os Baldios não venham dizer que o terreno lhes pertence.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 15/2018

Reunião Ordinária de 10 de agosto de 2018

Nesta sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se este executivo manteve alguma reunião com a Associação de Compartes sobre esta matéria.

A Sra. Presidente informou que tem havido contacto verbal assim como com o próprio ICNF porque os Baldios têm aquela propriedade em gestão com aquela entidade.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se o facto de se retirar esta parcela do perímetro que a Associação de Compartes estabeleceu compromete a candidatura tendo a Dra. Bernardina respondido que não sabia, mas que, no entanto, esta medida tinha de ser tomada por parte da Câmara.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se for para ajudar a candidatura não se poderia fazer um contrato de comodato com a Associação de Compartes tendo a Sra. Presidente respondido que eles não iriam aceitar porque dizem que a propriedade é sua.

Tomando, a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que a intenção dos Vereadores do PS na colocação dessas questões era no sentido de encontrar uma solução que satisfizesse as duas partes.

Em complemento, o Sr. Vereador António Antunes referiu que devia ser promovida uma reunião no sentido de solucionar as divergências para que a Associação de Compartes não perca esta candidatura.

Depois de, finda a discussão, e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

ENCERRAMENTO

21. ENCERRAMENTO

Não tendo o público presente manifestado interesse em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta e três minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____